

HISTÓRIA E FILOSOFIA DA HISTÓRIA EM HEGEL

Jadir Antunes

“A filosofia da história não é outra coisa
que a consideração pensante da história.”
Georg W. F. Hegel



Georg W.F. Hegel
(1770-1831)



Em sua obra *Preleções sobre a filosofia da história universal*, Georg W. F. Hegel (1770-1831) procura desenvolver, logo na “Introdução”, a diferença fundamental entre a história e seu objeto e o objeto de uma filosofia da história. Um tratamento filosófico da história consiste basicamente, diz Hegel, em considerar a história como o desenvolvimento do conceito do espírito no tempo. A história se refere sempre à investigação da factualidade e exterioridade dos acontecimentos individuais e passageiros. A história, por isto, “é tanto mais verdadeira quanto mais exclusivamente se atém ao dado... quanto mais se propõe como fim o sucedido” (Hegel, 1953, p. 18). E como se atém ao dado e ao sucedido o objeto da história é sempre a singularidade e finitude dos fatos. A filosofia da história, por seu lado, é inteiramente oposta à história. Enquanto a história trata de acontecimentos finitos e singulares, a filosofia da história trata de encontrar por trás desta finitude uma força racional universal e infinita regendo todos os acontecimentos.

Enquanto a história atém-se ao existente factualmente e atua posteriormente aos acontecimentos, a filosofia da história produz uma explicação dos acontecimentos temporais que independem destes mesmos acontecimentos e o antecedem conceitualmente. À filosofia, diz Hegel, “lhe é atribuída pensamentos próprios, que a especulação produz por si mesma, sem consideração ao que existe” (Hegel, 1953, p. 17). Enquanto a história não conceitua seu material e o mantém inerte à força do pensamento, a filosofia da história dispõe a história e sua matéria factual de acordo com as necessidades do próprio pensamento, isto é, de acordo com um sistema racional de existência. “Com estes pensamentos [o filósofo] se dirige à história tratando-a como um material, e não deixando-a tal como é, senão dispondo-a com relação ao pensamento e construindo *a priori* uma história” (Hegel, 1953, p. 17). Enquanto a história pragmática se ocupa das causas e fundamentos do sucedido, a filosofia da história procura “estabelecer o enlace dos acontecimentos” (Hegel, 1953, p. 17) e, ainda, levar “pensamentos à história” (Hegel, 1953, p. 18).

Para admitirmos que a filosofia da história leva pensamentos à história é fundamental concebermos que “a razão rege o mundo e..., portanto, também a história universal tem transcorrido racionalmente” (Hegel, 1953, p. 20). Damos como suposto, diz Hegel, “que o mundo da vontade não está entregue ao acaso. Damos por suposto, como verdade, que nos acontecimentos dos povos domina um fim último, que na história universal há uma razão – não a razão de um sujeito particular, senão a razão divina e absoluta” (Hegel, 1953, p. 21). Se a razão rege o mundo, a história humana é, conseqüentemente, uma história racionalmente ordenada e não um conjunto de acontecimentos desconexos, individuais e finitos. Se a razão rege a história do mundo, encontrar o nexos racional por trás da finitude e exterioridade dos acontecimentos factuais é a tarefa da filosofia da história.

A razão é definida por Hegel como substância ativa e consciente. O espírito, ou razão, é pura inquietude e por isso não repousa nunca. A razão é não apenas potência infinita mas é, ainda, substância, conteúdo e matéria infinita para sua auto-atividade. A razão universal é aquilo que não carece de nada, é aquilo que existe em si e por si. “A razão não carece, como a ação finita, condições de um material externo; não necessita de meios dados, dos quais receba o sustento e os objetos de sua atividade; se alimenta de si mesma e é ela mesma o material que elabora” (Hegel, 1953, p. 20). A razão extrai seus pressupostos, por isto, do interior de si mesma e não dos acontecimentos factuais exteriores. “E assim como ela é seu próprio pressuposto, seu fim último absoluto, de igual modo é ela mesma a atuação e produção, desde o interno no fenômeno, não somente do universo natural, senão também do espiritual, na história universal” (Hegel, 1953, p. 20).

Para Hegel, “a substância do espírito é a liberdade” (Hegel, 1953, p. 50) e tornar cada homem individual consciente desta substancialidade é a meta da história universal. “Seu fim no processo histórico fica indicado nisto: é a liberdade do sujeito, é que este tenha sua consciência moral e sua moralidade, que se proponha fins universais e os faça valer, que o sujeito tenha um valor infinito e chegue também à consciência deste extremo” (Hegel, 1953, p. 50). Como a liberdade é a substância do Espírito, nas considerações sobre a história universal devemos fixar nossa atenção na Idéia de liberdade. Todas as propriedades do espírito existem somente mediante a liberdade. A liberdade é a única coisa que tem verdade no espírito. O espírito é a única coisa que tem o centro de sua existência em seu próprio interior. O espírito por isso é atividade livre que arranca de seu próprio interior o fim que corresponde ao seu próprio conceito. O espírito é fim para si mesmo, por isto, existe como ser em si e por si absolutamente livre sem depender de nada que não seja ele mesmo.

O homem, como ser determinado espiritualmente, é o único ser dentre todos os seres da Natureza que sabe que é livre

por natureza. Como ser pensante sabe que sua natureza é determinada espiritualmente e que sua substância é a liberdade. O pensamento de que se é um eu constitui a raiz da natureza humana. O homem, como espírito, não é algo imediato, senão essencialmente um ser que tem voltado sobre si mesmo. Este movimento de mediação é um traço essencial do espírito. Sua atividade consiste em superar a imediatez,



em negar esta e, por conseguinte, voltar-se sobre si mesmo. É o homem, portanto, o que ele se faz mediante sua própria atividade. Somente o que volta sobre si mesmo é sujeito, efetividade real.

Nesta determinação o homem se diferencia dos animais e se destaca da Natureza como ser pensante que pensa

acerca de si mesmo. Como ser que sabe de si mesmo o homem sabe que é por natureza um ser livre. “O homem... [ao contrário dos animais] tem que fazer-se a si mesmo o que deve ser; tem que adquiri-lo tudo por si só, justamente porque é espírito; tem que sacudir o natural. O espírito é, portanto, seu próprio resultado” (Hegel, 1953, p. 45).

Contudo, a razão antes de ser efetividade real é imediatidade abstrata, é o ser como simples possibilidade formal e, como tal, carece de conhecimento de si mesmo. A história universal para Hegel é simplesmente o processo pelo qual o Espírito abandona a si mesmo e, assim, se reconhece e se desenvolve no tempo. No estado de natureza, primeiro e mais inferior estágio de existência humana, os homens, apesar de serem livres por natureza, não existem como tais, pois aí não se desenvolveu ainda a consciência da moralidade e da justiça universal. No estado de natureza os homens vivem mais como selvagens do que propriamente como homens. O estado de natureza é “o estado onde falta a liberdade e impera a intuição sensível” (Hegel, 1953, p. 95). O estado de natureza “é mais bem o estado da injustiça, da violência,



do impulso natural desatado, dos fatos e dos sentimentos desumanos” (Hegel, 1953, p. 95). Enquanto o estado de natureza, primeira condição da existência humana, é o império da injustiça e dos caprichos sensíveis, o estado civil moderno seria o império da justiça, da razão e da moralidade universal. A filosofia da história universal é, para Hegel, nada mais que a descrição do desenvolvimento do conceito de liberdade e racionalidade desde o interior do estado de natureza e selvageria até o estado civil moderno, passando por uma série de estágios que se sucedem no tempo.

A primeira fase desta evolução “cai dentro da já indicada submersão do espírito no elemento da natureza” (Hegel, 1953, p. 127), onde o espírito existe como uma individualidade sem liberdades, esta é a etapa oriental da história, onde apenas um homem é livre. A segunda fase desta evolução “é a expansão do espírito na consciência de sua liberdade” (Hegel, 1953, p. 127), etapa ainda imperfeita e imparcial, onde apenas alguns são livres. A segunda fase corresponde ao estágio já ocidental da história inaugurado por gregos e romanos. A terceira fase, “é a ascensão desde esta liberdade, todavia parcial, à pura universalidade da liberdade” (Hegel, 1953, p. 128), onde todos os homens são livres como tais. Esta é a fase inaugurada pelo cristianismo e a idade moderna.

A primeira época oriental corresponde à fase infantil e inocente da humanidade. “Reina aqui essa unidade do espírito com a Natureza, que encontramos no mundo oriental” (Hegel, 1953, p. 128). “A segunda fase do espírito é a da separação, a da reflexão do espírito sobre si” (Hegel, 1953, p. 128). O estágio grego desta segunda fase corresponde à juventude do espírito e o estágio romano corresponde à sua idade viril. Na fase germano-cristã os dois momentos anteriores, o momento da unidade do espírito com a natureza e o momento da separação e reflexão do espírito sobre si mesmo, ou, ainda, o momento subjetivo e objetivo, são reconciliados entre si. “Esta é a conciliação do espírito subjetivo com o objetivo” (Hegel, 1953, p. 128). Nesta fase “o espírito tem se reconciliado, se tem feito uno com seu conceito, do qual se havia separado ao

constituir a subjetividade, saindo para isto do estado de natureza” (Hegel, 1953, p. 128/129). O progresso na história universal aparece, assim, “avançando do imperfeito ao mais perfeito” (Hegel, 1953, p. 129).

Um povo existe como povo livre somente na medida em que sabe e desenvolve sua natureza racional de ser livre em si e por si. Somente os povos que sabem que são livres por natureza existem como povos livres. A história de um povo, deste modo, por ser uma história racional, coincide com a história do espírito. Somente os povos que tomaram consciência desta natureza racional do homem fazem parte da história universal. O espírito inaugura seu desenvolvimento temporal, portanto, com o surgimento da liberdade no terreno dos povos. Os orientais são o primeiro povo a reconhecer que o homem é livre por natureza. No oriente contudo, diz Hegel, os homens não sabem ainda que todos são livres por natureza, somente sabem que apenas um é livre, o déspota e soberano do Estado.

A consciência da liberdade somente surge entre os gregos e romanos da antiguidade. Contudo, os gregos e romanos souberam que apenas alguns eram livres, mas não que o homem enquanto tal é livre. A descoberta de que o homem é livre enquanto tal surge somente com os povos germânicos e os povos cristãos. Somente entre eles se descobre finalmente que “o homem é livre como homem, de que a liberdade do espírito constitui sua mais própria natureza” (Hegel, 1953, p. 48). É a contradição entre o que o homem é por natureza e o que ele sabe de si mesmo que move a história universal e o processo de desenvolvimento espiritual do homem.

Esta consciência desenvolvida tem surgido, por isso, pela primeira vez na religião cristã. No cristianismo, diz Hegel, o homem não apenas sente a existência de Deus mas, sobretudo, a concebe racionalmente. “Na religião cristã, Deus tem se revelado, isto é, tem dado a conhecer aos homens o que é... Na religião cristã se sabe o que é Deus... A religião cristã é a que tem manifestado aos homens a natureza e essência de Deus” (Hegel, 1953, p. 34). Deus é o próprio Espírito Absoluto, é a razão universal que rege a





história. A história é racional porque é regida pela força espiritual de Deus. Como no cristianismo se sabe que tudo quanto sucede na terra está determinado por um plano de governo divino e que a história universal é regida segundo este plano, ele tem nos dado, por isso, “a chave da história universal” (Hegel, 1953, p. 35).

A história universal, por isto, é um processo que se realiza no tempo segundo uma determinação racional e divina. Seu ponto de partida terreno coincide com o surgimento das civilizações orientais onde predomina o despotismo e o arbítrio de um único homem. As diferentes fases e sucessões da história marcam as diferentes fases de desenvolvimento e realização da natureza espiritual do homem. O fim da história é, portanto, a realização desta determinação. “O fim da história universal é, portanto, que o espírito chegue a saber o que é verdadeiramente e faça objetivo este saber, o realize no mundo presente, se produza a si mesmo objetivamente” (Hegel, 1953, p. 59).

O plano divino se materializa finalmente no Estado democrático burguês. Por Estado Hegel entende não uma simples figura jurídica mas, sim, o povo como realidade determinada, o povo como indivíduo espiritual determinado como um todo orgânico. O Estado para Hegel é a própria encarnação terrena do espírito. No Estado, o homem realiza sua plenitude; nele a oposição entre vontade geral e vontade particular e liberdade e necessidade é superada. “No Estado alcança a liberdade sua objetividade e vive no gozo desta objetividade. Pois a lei é a objetividade do espírito e a vontade em sua verdade; e somente a vontade que obedece a lei é livre, pois se obedece a si mesma e permanece em si mesma, e é, portanto, livre” (Hegel, 1953, p. 93).

No estado de natureza, o homem não sabe ainda que é livre por natureza e que, de acordo com o plano da razão, deve existir como tal. No oriente descobre que apenas um é livre e deve existir como tal. No mundo greco-romano, alguns já descobrem que devem existir como livres em si e por si. Na fase germano-cristã os homens em seu conjunto finalmente descobrem que todos devem viver de acordo com o conceito do espírito, isto é, como homens livres e racionais. A história universal, por isso, é a manifestação do processo divino, da série de fases em que o espírito se sabe e se realiza a si mesmo e realiza sua verdade. O fim último da história universal é, portanto, que cada indivíduo subjetivo alcance sua liberdade. “Este fim substantivo do espírito universal se alcança mediante a liberdade de cada um... Alcançado este fim, já não tem nada que fazer no mundo” (Hegel, 1953, p. 50).

Uma vez que o espírito tenha realizado sua liberdade no tempo, uma vez que cada homem individual exista como homem, isto é, como sujeito livre e racional que age segundo fins e propósitos universais, então o espírito se recolhe em seu próprio interior e daí contempla, maravilhado, sua própria obra. Uma vez alcançado o fim, o espírito finalmente descansa sobre si mesmo e os homens poderão viver uma vida plenamente livre e racional. Sendo assim, o espírito realizado no presente não é outro espírito que não o mesmo espírito do passado. A história universal para Hegel, não é uma história propriamente humana, mas é, sim, uma grande e fantástica teodicéia. O espírito não possui história, ele por sua própria definição é eterno e imutável.

A história é sempre história do que é mutável. O espírito do presente só de diferencia do espírito do passado na medida em que o espírito do presente é espírito



atualizado e realizado pelo tempo. No princípio, o espírito possui todas as determinações do espírito do presente como determinações abstratas e potenciais. Isto é, tudo que existe como real no presente já existia potencialmente no passado. No princípio, o homem é homem somente no sentido abstrato e potencial, já que não existe como tal mas apenas como homem que procura descobrir sua verdadeira natureza. O homem, assim como o espírito, abandona sua condição potencial e abstrata somente na medida em que se desdobra no tempo como sujeito e objeto de sua ação. O futuro não existe propriamente para o espírito, o futuro é presente atualizado, é presente realizado e pleno de realidade. “O verdadeiro, diz Hegel, é eterno em si e por si, não é nem ontem nem amanhã, senão pura e simplesmente presente, no sentido do absoluto presente” (Hegel, 1953, p. 149-150).

Como o espírito é imortal e eterno sua conservação no tempo é seu próprio presente. O presente do espírito é existir como tal, isto é, como sempre foi, livre e racional. Por isso, não há história do espírito. O que existe como história para Hegel é a realização do princípio de liberdade, a substância do espírito. A história universal, como história da exteriorização do espírito no tempo, por ser uma história concebida *a priori*, admite o passado apenas como presente potencial, como presente em processo de atualização. Como o espírito está em constante processo de atualização, isto é, em constante processo de passagem da condição potencial e abstrata à condição real e concreta, como espírito livre em si e por si absolutamente, então “o espírito atual é o conceito que o espírito tem de si mesmo” (Hegel, 1953, p. 150), conceito que já está pressuposto antes mesmo da história propriamente dita. O espírito sempre foi o que é agora. Não há história do espírito pois ele é eterno. A história universal é apenas o processo de descobrimento do que é o espírito pelo próprio espírito. Ou ainda, a história universal é a construção de um mundo humano segundo o conceito atemporal do espírito. “Porém, o espírito sempre foi o que é agora, e é agora somente uma consciência mais rica, um conceito mais profundamente elaborado de si mesmo” (Hegel, 1953, p. 150).

Enfim, se para o historiador existe história como história factual, como sucessão de acontecimentos singulares e desconexos entre si dentro de uma determinada temporalidade, para Hegel, a história só existe como processo de realização das determinações do espírito no tempo, determinações que já estão pressupostas antes mesmo da própria história. Se cabe ao historiador descrever os acontecimentos que se sucedem, ou não, no tempo como acontecimentos passageiros e singulares, cabe ao filósofo, na concepção de Hegel, demonstrar *a priori* a necessidade desta realização do espírito no tempo independente dos acontecimentos factuais.

T & M

Texto recebido em junho de 2004.
Aprovado para publicação em agosto de 2004.

SOBRE O AUTOR:

Jadir Antunes é Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas e Professor de Filosofia na Unioeste - Campus de Toledo.

REFERÊNCIAS:

- HEGEL, Georg W. F. *Lecciones sobre la filosofia de la historia universal*. Madrid: Revista de Occidente, 1953.
HIPPOLYTE, Jean. *Introdução à filosofia da história de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
FLORES, Ramiro. *La dialectica de la historia en Hegel*. Madrid: Gredos, 1983.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná
REVISTA TEMAS & MATIZES
www.unioeste.br/saber